

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.555.959 - SC (2019/0226057-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : LEONARDO REIS DE OLIVEIRA - SC015986A
WILSON SALES BELCHIOR - SC029708
AMANDA KARINA TORRES - SC033636
AGRAVADO : VALBERTO WIGGERS
ADVOGADOS : CLAITON LUIS BORK - SC009399
GLAUCO HUMBERTO BORK - SC015884

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por OI S.A em face de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. JUNTADA DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA ENTABULADO ENTRE AS PARTES. DETERMINAÇÃO DO JUÍZO SINGULAR. RECURSO DA PARTE DEVEDORA. PRESENÇA DE DOCUMENTO QUE ESPELHA OS DADOS DO CONTRATO. DESPROVIMENTO DA ALEGAÇÃO. A PRESENÇA DA RADIOGRAFIA NOS AUTOS, EMBORA RELEVANTE NA FASE DE CONHECIMENTO. NÃO SUBSTITUI O CONTRATO ENTABULADO ENTRE AS PARTES. DOCUMENTO QUE POSSIBILITA A VERIFICAÇÃO DO MONTANTE EFETIVAMENTE INTEGRALIZADO. NÃO APRESENTAÇÃO DA AVENÇA QUE IMPLICA NA PRESUNÇÃO DE VERACIDADE DO VALOR APRESENTADO PELA CREDORA. NOS TERMOS DO ART. 524. § 5º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

"Esta Câmara de Direito Comercial pacificou o entendimento de que a 'radiografia' do contrato de participação financeira é documento apto e suficiente para instruir a ação de adimplemento contratual.

No entanto, aquela passa a ser na fase de cumprimento de sentença, apenas um dos documentos dos quais se extraem dados necessários a realização dos cálculos do montante exequendo, haja vista que somente por meio da análise do contrato de participação financeira é possível verificar com clareza o valor efetivamente pago pelo contratante a título de participação financeira quando

da assinatura da avença Assim, imperiosa a análise do instrumento contratual firmado entre os litigantes.

No caso concreto, é imperiosa a exibição do documento pleiteado pelo exequente, essencial á realização dos cálculos de cumprimento de sentença, nos termos do art. 524, § 4º. do Código de Processo Civil, sob pena de aplicação da penalidade prevista no § 5º do mencionado dispositivo legal (presunção de veracidade) em relação à quantia empregada a título de integralização." (fls. 699/700)

Nas razões do recurso especial, a agravante alega violação aos arts. 373, I, 398, 399, III, 400, 425, V e 524 do Código de Processo Civil de 2015, sustentando, em síntese, a validade das radiografias dos contratos apresentadas nos autos, porquanto contém todas as informações necessárias para embasar os cálculos das ações a serem subscritas.

Não foram apresentadas contrarrazões.

É o relatório.

O eg. Tribunal *a quo* entendeu que o resumo do contrato (radiografia) não é documento hábil para instruir o cumprimento de sentença em razão da falta de indicação do valor integralizado pelo acionista, nos seguintes termos:

"De sabença que a requisição do pacto encontra-se motivada na necessidade de averiguar-se o valor integralizado pelo acionista no momento da contratação, vale dizer, da assinatura do contrato, informação somente presente na avença. O valor total capitalizado presente na radiografia, por sua vez, destina-se unicamente a verificação do número de ações que foram emitidas com base nesse mesmo valor capitalizado. Ou seja, para se chegar ao número de ações que foram emitidas a menor esse é justamente o objetivo das demandas de adimplemento contratual, convertendo-se o resultado em pecúnia, impositiva a verificação do valor efetivamente pago pelo consumidor/acionista, dado não presente na radiografia." (fls. 702)

Nesse contexto, tendo o acórdão recorrido asseverado a necessidade de apresentação do contrato de participação financeira, o exame da questão demanda reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada nesta Corte, a teor da súmula 7/STJ.

A propósito:

"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL E RECURSO ESPECIAL MANEJADO

SOB A ÉGIDE DO NCPC. AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. PLEITO DE SUSPENSÃO DO PROCESSO QUE DEVE SER DIRIGIDO AO JUÍZO DE ORIGEM. ART. 475-B, § 2º, DO CPC/73. DESCUMPRIMENTO. RADIOGRAFIA DO CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA Nº 7 DO STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL NÃO CONFIGURADO. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

(...)

3. Rever as conclusões do acórdão estadual acerca da suficiência ou não da radiografia do contrato de participação financeira para elaboração dos cálculos na fase de cumprimento de sentença, esbarra nas Súmulas nºs 5 e 7 do STJ.

4. Agravo interno não provido."

*(AgInt no AREsp 1022255/SC, Rel. **Ministro MOURA RIBEIRO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/04/2017, DJe 22/05/2017)*

"AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES. RADIOGRAFIA DO CONTRATO. INFORMAÇÕES INSUFICIENTES PARA FINS DE LIQUIDAÇÃO. MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULAS 5 E 7 DESTA CORTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. No tocante à aplicação do art. 475-B, § 2º, do CPC/1973, as conclusões alcançadas acerca da insuficiência do documento apresentado para fins de liquidação (radiografia contratual) foram embasadas no conjunto fático-probatório dos autos, não sendo possível a alteração dessa compreensão tendo em vista o óbice da Súmula n. 7 do STJ.

2. Agravo regimental improvido."

*(AgRg no AREsp 858.616/SC, Rel. **Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/05/2016, DJe 23/05/2016)*

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, b, do RISTJ, conheço do agravo para negar provimento ao recurso especial.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro **RAUL ARAÚJO**
Relator